

Constituintes aprovam a lei da usura

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte decidiu ontem que as taxas de juros reais não poderão ser superiores a 12% ao ano, incluindo comissões e qualquer outra remuneração referente às concessões de crédito. A cobrança acima desse limite será considerada crime de usura. É o que determina a emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), aprovada por 314 votos, contra 112 e 34 abstenções. O tabelamento dos juros foi classificado pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP) de "angelical", ironizando a situação criada, que prevê que "a partir de agora será possível fixar desde o salário real até o preço da lata de sardinha".

Em outra votação, os constituintes aprovaram emenda que permite aos bancos exercer atividades nas áreas de seguro, turismo, corretagem e distribuição de títulos de valores mobiliários e administração de bens. A proposta dos deputados Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG) e José Carlos Coutinho (PL-RJ) recebeu 289 votos, contra 153 e 15 abstenções. Pouco antes, a Constituinte rejeitou a emenda do deputado Luiz Gushiken (PT-SP), que pretendia a estatização de todas as instituições financeiras do País.

Para Delfim Netto, com a votação de ontem a Constituinte retrocedeu ao século XIII, "pois São Bernardino de Senna já defendia a lei da usura, que nunca funcionou". A inclusão do tabelamento dos juros na Constituição provocará um quadro absurdo. Isso porque "todo mundo cobrará 12% ao ano quando os juros reais estiverem por volta de 6%. Mas, quando alcançarem os 14%, por exemplo, é claro que se vai repassar o custo e não haverá como fiscalizar ou impedir".

A emenda do deputado Fernando Gasparian foi defendida pelo líder do PTB, Gastone Righti, argumentando que o limite não é arbitrário ou mágico, mas o que prevalece no País há mais de 50 anos. "Acima disso é crime, é extorsão, nenhum país do mundo cobra mais de 12% de juros reais." Contra a proposta, o deputado José Serra (PMDB-SP) disse que melhor seria adotar o ordenamento do sistema financeiro. Com a aprovação da medida, ele acha que não será mais possível fazer empréstimos com juros pré-fixados porque será difícil saber como será a inflação do ano.

"O País está falido exatamente por causa das taxas escorchantes de juros, que estão levando até agricultores ao suicídio", disse o deputado Mário Assad (PFL-MG), para

quem os bancos também precisam desempenhar função social. O deputado Cesar Maia (PDT-RJ) ficou contra a emenda, apesar da determinação do líder Brandão Monteiro para que a bancada apoiasse a proposta.

"Nos vingamos da UDR em clima dos banqueiros", disse o deputado José Genoíno (PT-SP), ao comentar a aprovação da emenda. Já Fernando Gasparian preferiu explicar que qualquer tribunal saberá fixar o que é juro real.

Através de acordo, a Constituinte aprovou a fusão de emendas fixando que a lei complementar regulamentará a organização, funcionamento e atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como os requisitos para a designação dos diretores do BC. A lei complementar também vai regulamentar a autorização de funcionamento das empresas de seguros, previdência e capitalização e os órgãos governamentais fiscalizadores e resseguradores. As condições para a participação do capital estrangeiro nos bancos terão em vista, basicamente, "os interesses nacionais e os acordos internacionais".

A íntegra do texto aprovado pela Constituinte está na página 29



Alencar Monteiro

Constituinte proíbe bancos de atuarem nas áreas de seguros e turismo

Previsão é de haver caixa dois

MILANO LOPES

A decisão da Constituinte de inscrever na futura Carta o tabelamento dos juros até o limite de 12% ao ano, mais correção, levará o sistema financeiro a trabalhar no caixa dois, pois será inevitável cobrar um custo para o dinheiro e que será definido pelo mercado.

Essa impressão foi manifestada por vários constituintes que votaram contra a emenda Fernando Gasparian, aprovada por sólida maioria, inscrevendo a Lei da Usura no texto constitucional. Segundo esses constituintes, especialmente nos períodos de escassez de crédito, dificilmente o limite constitucional será respeitado, e a prática mostrará que o mercado acabará encontrando formas de acomodação.

Para o deputado Delfim Netto (PDS-SP) a manifestação do plenário representou uma "reação infantil contra os banqueiros", enquanto Francisco Dornelles (PFL-RJ) considerou que "se por decreto já é uma ingenuidade tabelar juros, quanto mais num texto constitucional".

Na visão desses parlamentares, os 314 votos dados à emenda Gasparian representaram uma articulação das esquerdas com grupos do Centrão, especialmente os ligados ao meio rural, e que normalmente

têm uma espécie de ojeriza aos bancos, ainda que deles necessitem.

Com a decisão ontem aprovada, a taxa real de juros, em qualquer operação financeira, não poderá ser superior a 1% ao mês, mais a correção das OTNs, o que significa que a taxa que seria praticada este mês, caso o dispositivo entrasse em vigor imediatamente, não poderia ser superior a 20,28%.

Ocorre, porém, que em certos segmentos do mercado, como no crédito ao consumidor, a taxa real de juros que está sendo atualmente praticada supera os 35% ao ano, e o próprio governo tem interesse em que ela se mantenha elevada para inibir a demanda e com isso desestimular a inflação.

CONTRA OS BANCOS

Embora o plenário tenha recusado as emendas que nacionalizavam e estatizavam o sistema bancário, aprovou, em contrapartida, outros dispositivos que afetam os interesses do sistema bancário, entre eles:

- 1) A vedação aos conglomerados financeiros para que atuem em áreas distintas de suas atribuições originais, como turismo, previdência privada e seguros;
- 2) A permissão para que as cooperativas de crédito possam atuar como bancos comerciais;

3) A determinação de que os recursos de projetos e programas de caráter regional, de responsabilidade da União, sejam depositados em suas instituições regionais e por elas aplicados.

Atualmente, os grandes conglomerados financeiros atuam nos mais variados setores do mercado, especialmente em seguros, turismo e previdência privada, cujas atividades respondem por uma parcela cada vez maior dos seus ativos totais.

A volta das cooperativas de crédito ao sistema bancário significará uma concorrência direta dessas instituições às agências dos grandes bancos que operam sobretudo no interior do País, especialmente o Banco do Brasil e o Bradesco.

Finalmente, o depósito obrigatório dos recursos dos programas regionais nos bancos oficiais das respectivas regiões fortalecerá financeiramente o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, em detrimento, sobretudo, do Banco do Brasil. Somente por falta de quórum deixou de ser aprovada a emenda do constituinte Luiz Salomão (PDT-RJ), que extinguiu as ações ao portador, e que, posta em votação, chegou a reunir 292 votos dos 330 constituintes presentes.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Objetivo da UDR agora são eleições municipais

aconteceu na Constituinte, com a garantia de que as terras produtivas são intocáveis". Ele afirma que, agora, o País vai produzir em paz, com os agricultores "livres da tutela dos tecnocratas, dos corruptos, dos demagogos e de outros que se utilizavam dos ruralistas, sem dar nada em troca".

Comparando a vitória da UDR com a derrota do Centrão na votação sobre a mineração, Calado disse que sua entidade soube apenas "fazer um melhor trabalho de base sistemático e a longo prazo, que reuniu, nos últimos 45 dias, pelo menos 500 companheiros na Constituinte, que passaram a mais de três mil na hora final". Explicou que houve ação sistemática nos gabinetes, reuniões, corredores, mostrando que a produção é intocável, incluindo a circulação de um livreto didático da UDR. Ele reconheceu que a UDR gastou bastante dinheiro na ação, "mas foi tudo dinheiro nosso, arrecadado principalmente nos leilões", afirmou.

Segundo Calado, a UDR pretende transformar o dia 10 de maio, dia da votação na Constituinte do destaque que afastou a possibilidade de desapropriação de terras produtivas, em Dia da Agricultura: "A Lei Áurea dos produtores rurais chegou antes de 13 de maio. Nossa abolição

Calado afirmou que a UDR já começou a trabalhar "24 horas por dia" para sensibilizar os candidatos às eleições municipais do dia 15 de novembro para "os problemas do campo". Disse que sua posição quanto ao mandato do presidente Sarney continua a mesma, favorável aos quatro anos. "Mas essa é posição pessoal e a UDR, como entidade, vai manter-se à margem da questão", garantiu.

O líder da UDR explicou ainda que a ação de sua entidade na Constituinte ainda não terminou. A próxima meta refere-se à questão dos direitos sociais: os produtores não se conformam com o que chamou de "tratamento desigual" entre os trabalhadores rurais e urbanos. Para Calado, é inaceitável que um trabalhador rural possa reclamar direitos atrasados sem qualquer limite, enquanto o urbano pode fazê-lo até o limite dos cinco anos anteriores. E, esquivando-se de falar sobre sua possível candidatura a qualquer cargo, viajara hoje de volta a sua clínica em Goiânia.

Publicitários protestam contra normas

As normas e restrições aprovadas pela Constituinte relativas à atividade publicitária estão causando perplexidade nas associações de anunciantes de todo o mundo. Manifestações nesse sentido estão sendo recebidas pelo presidente da Associação Brasileira de Anunciantes, Marcos Felipe Magalhães, que apresentou relatório sobre a situação na reunião mundial das entidades do setor, realizada em Londres.

Os dirigentes estranham o fato de o Brasil querer abrir um precedente, incluindo na Constituição a regulamentação da propaganda. Isso porque nos outros países a matéria é apenas subordinada a um código de auto-regulamentação. Os anunciantes estão preocupados com a possibilidade da existência de legislações estaduais sobre o setor, que tornariam extremamente complexo o emprego da propaganda pelas empresas.

Protestam também contra a determinação do preço dos produtos e seus componentes em todos os rótulos e anúncios que, segundo eles, anularia a liberdade de comércio.

Mailson diz que está estupefato

AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ficou "estupefato" ao ser informado que o plenário da Constituinte havia determinado que as taxas de juros reais não poderão exceder a 12% ao ano. O relato sobre a reação do ministro foi feito por um de seus assessores, que interrompeu reunião que Mailson da Nóbrega mantinha com outros auxiliares para comunicar a decisão da Constituinte.

Segundo o assessor, outros colaboradores próximos de Mailson da Nóbrega reagiram da mesma forma que o ministro. Eles comentaram que as taxas de juros reais não podem ser limitadas por dispositivo constitucional, mas sim por condicionantes como a política econômica em vigor e a situação conjuntural.

Para o presidente do Banco Mercantil de São Paulo, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, é possível trabalhar com qualquer taxa de juros. "Possibilidade existe. Poder-

mos trabalhar com 12%, com 9%, com 6%, até com 1%. Depende da política de juros do Banco Central, que não pode ser alterada enquanto não se conseguir conter o déficit público. Se o Banco Central é forçado a pagar 13% de juros, além da correção monetária, para financiar o déficit, as instituições financeiras terão de pagar mais que o BC, para concorrer. E não vejo como fazer o milagre de emprestar por 12% o que custou mais de 13%", afirmou Vidigal.

Lidiberto dos Santos Villar, diretor da Financeira Martinielli e vice-presidente da Associação das Empresas de Investimentos, Crédito e Financiamento, disse que desde que saiu a Lei da Usura, no início da década de 30, o mundo mudou muito. "Nesses 58 anos o Brasil descobriu a lei de oferta e procura e a inflação".

O diretor-superintendente do Banco de Crédito Nacional (BCN), Pedro Conde, destacou que a decisão da Constituinte pertence "ao reino da fantasia". Para o banquei-

ro, a fixação de juros de 12% peca por excesso de irrealismo, e "é mais uma de tantas decisões tomadas pelos constituintes que irão dificultar sobremaneira o funcionamento da economia". Na opinião de Conde, o juro cobrado pelas instituições é a fatia menos importante na composição da taxa bancária, sendo a principal a correção monetária.

Sebastião Burbulhan, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados no Estado de São Paulo, comentou: "Não sabia que a Lei da Usura tivesse sido revogada para que se criasse outra". Ele prevê que os juros continuarão sendo cobrados, mesmo que de maneira indireta. Juros, segundo ele, podem ser transformados em outras coisas, como saldo médio ou compra obrigatória de seguros em troca do empréstimo.

Na avaliação do empresário Romeu Chap Chap, trata-se de um benefício apenas para quem paga. "A realidade é outra, como pode ser comprovado dentro do próprio governo, que não paga nem pagará juros por esse índice."

Constituintes tentam anular a votação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Luiz Freire (PMDB-PE) pediram ontem na tribuna a anulação da votação do Destaque de votação em Separado do deputado Aloysio Paulinelli (PFL-MG), que excluiu de desapropriação para reforma agrária as propriedades produtivas. O argumento dos deputados é que no requerimento constavam nomes de parlamentares que não assinaram o documento.

Segundo Brandão Monteiro, além do nome de Luiz Freire, constam do requerimento de Paulinelli os nomes dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Aécio Neves (PMDB-MG), Fábio Feldmann (PMDB-SP), José Maria Eymael (PDC-SP), Rita Camata (PMDB-ES), José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE) e Ziza Valadares (PMDB-MG), que "igualmente não assinaram os requerimentos".

Publicitários protestam contra normas

Flávio Teles acha reforma ainda possível

"A reforma agrária ainda é viável, mas para quem quer trabalhar", disse ontem em São Paulo o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes. Em sua opinião, o texto aprovado tem o conteúdo ideológico mais claro de toda a Constituição, e "prova que a defesa da iniciativa privada é a corrente majoritária dentro do Congresso Nacional e da sociedade brasileira".

A implantação da reforma agrária, para Menezes, vai depender agora somente da vontade do governo: "O governo tem dois terços das terras brasileiras para distribuir a quem precisa e tem vontade de trabalhar".

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, Orlando Birrer, não se espantou com a decisão do Congresso: "Terra é sinônimo de poder econômico e político, e os parlamentares estavam interessados em agrandar aos grupos que os elegeram". José Strabel, da Comissão Pastoral da Terra, também acredita que a decisão é um retrocesso.

Para Gerdau, dúvida aumenta

AGÊNCIA ESTADO

As decisões da Constituinte que restringem a atuação do capital estrangeiro no País, como a nacionalização da exploração dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, "não foram posições inteligentes" porque vão provocar ainda mais dúvidas no investidor externo, que, diante dos problemas da economia brasileira, já enfrenta dificuldades para decidir sobre suas aplicações no Brasil. A afirmação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, que, no entanto, disse não haver ainda condições para se avaliar a repercussão dessas medidas na redução do fluxo de investimentos estrangeiros no País.

Para o presidente do maior grupo siderúrgico privado do Brasil, "há um pouco de conflito", nas posições adotadas pela Constituinte em relação ao capital estrangeiro, pois "o País precisa de recursos internacionais, mas as restrições impostas acabam demonstrando que este capital não é bem-vindo". Segundo o industrial, o investidor estrangeiro poderá acabar optando por países que não colocam obstáculos à atuação do capital estrangeiro.

Jorge Gerdau acha difícil que as questões já aprovadas pela Constituinte possam ser modificadas durante a votação em segundo turno, "uma vez que resultaram de acordos".

AGRÁRIA

A aprovação, pela Constituinte, do texto sobre reforma agrária provocou reações em todos os setores

do País. O secretário da Agricultura do Paraná, Osmar Dias, afirmou em Curitiba que o texto torna mais clara a potencialidade da reforma agrária no País. Para ele, fica reduzido o estoque de terras passíveis de desapropriação, mas "não é o nível de avanço que vai determinar a reforma agrária no País, e sim a disposição política e a disponibilidade de recursos".

"O Centrão é que está conseguindo os avanços para o País, apesar de todo o barulho da esquerda", disse em Campo Grande o vice-presidente da Associação dos Pecuaristas de Mato Grosso do Sul, Laudício Coelho Neto. Com ele concordou o fazendeiro João Bueno, tesoureiro da União Democrática Ruralista (UDR), no Mato Grosso do Sul, que acredita que com a definição da Constituinte sobre reforma agrária "voltará o clima de paz ao campo e quem estiver na propriedade vai investir novamente".

O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Hélio Neves, disse por sua vez ao lamentar a decisão da Constituinte, que o País não pode avançar sem reforma agrária. "É complicado saber o que é propriedade produtiva, pois assim pode ser considerada até uma fazenda de mil alqueires que produza dez caixas de laranjas", ironizou.

A Comissão Pastoral da Terra enviou ontem ao papa João Paulo II, que está em visita à Bolívia, telegrama lamentando o resultado da votação: "Os parlamentares fizeram fracassar a esperança da reforma agrária pela lei, no Brasil", dizia o texto.

JOÃO MELLÃO NETO

"A diferença básica entre o capitalismo e o socialismo é que o primeiro tem o vício de distribuir desigualmente a riqueza, enquanto o segundo possui a 'virtude' de repartir, de forma igualitária, a miséria." Winston Churchill

Um "causo" muito difundido no início da década de 60 dizia respeito a uma alegada experiência de reforma agrária tentada por João Goulart, lá pelos cafundós das Minas Gerais. Em visita à região, Jango compadeceu-se de um pobre agricultor, o qual, percebendo um salário miserável, trabalhava com extrema má vontade nas terras do patrão. O presidente resolveu doar-lhe um quinhão de terra para que pudesse cultivá-la sozinho e assim adquirir a sua independência econômica.

Seis meses após, Goulart voltou à região para ver como o capiau havia se saído. O estado da propriedade era lastimável. Das quatro vacas iniciais, três haviam virado churrasco e uma estava magra, quase morrendo de fome. Sem levantar-se da rede, o "proprietário" explicou-se:

— Ah, doutô, eu num tenho somente, num tenho arado, como é que vou cultivar a terra?

Jango, imediatamente, ofendeu ao Banco do Brasil para que fosse assegurado ao agricultor financiamen-

Jecas x tanakas

mento para a aquisição de sementes, adubos e arado. Seis meses mais tarde Goulart retornou. A situação era a mesma. As sementes foram mal plantadas e secaram. O adubo foi vendido para pagar as compras no mercado e o arado enferrujava no precário paiol.

— Ara, doutô! Cumê que eu vô plantá se aqui num tem tratô?

O trator, por ordem expressa de s. exa., foi entregue na semana seguinte. Passados mais seis meses, novamente o dr. Jango visitou o produtor, estava tudo na mesma. Antes que o presidente dissesse alguma coisa, o "fazendeiro" justificou-se:

— Nôis já vai começá a plantá, doutô presidente. Os equipamentos já tão todos aqui. Só falta mesmo o senhor nos mandá um casar de japonês...

Tendenciosa? Reacionária? Preconceituosa? A verdade é que a história acima cala fundo na alma do pessoal do campo. Não é verdadeira, mas é verossímil. Reflete com exatidão o que ocorre no meio rural, o que só não percebem os intelectuais, cuja idealização da reforma agrária se resume a uma questão de agrimensura distributivista.

Os governos militares foram pródigos na distribuição de terras aos despossuídos, o que demonstra que esse tipo de preocupação não é monopólio nem iniciativa das onis-

cientias esquerdas brasileiras. Raras foram as experiências que lograram êxito. As margens da Transamazônica, tão logo os títulos definitivos foram concedidos, a concentração fundiária novamente se deu, através da venda espontânea das terras a aqueles poucos beneficiários que, por razões culturais e experiência anterior, obtiveram sucesso após o assentamento. Eram, em sua maioria, oriundos do Sul do País, onde possuíam pequenas propriedades, conheciam técnicas de plantio e conservação do solo e, principalmente, cultivavam a ética e a disciplina do trabalho incessante e sistemático. Os demais, originários de regiões mais atrasadas, nutriam uma visão meramente extrativista, razão pela qual fracassaram frugorosamente ao se tornarem proprietários.

Em Rondônia, cuja colonização vem dos tempos de Figueiredo, pode-se constatar, de forma inquestionável, esse fenômeno. Alguns poucos, devido à experiência anterior, puderam estabelecer-se. Os demais, aproveitando-se do fato de o governo entregar-lhes terras cobertas por florestas naturais, trataram de derrubar as árvores, vender a madeira e, com o pequeno capital amealhado, mudar-se de novo para as cidades. A concentração fundiária vai ocorrendo naturalmente, com os proprietários bem-sucedidos adquirindo as terras dos retirantes. Daqui a alguns anos algum padre bem-intencionado irá ali

preparar a reforma agrária, alegando a injusta distribuição fundiária da região...

O texto de reforma agrária aprovado pelos constituintes pode não ser o ideal para as nossas esquerdas mas é o único viável, aos olhos de quem possui um mínimo conhecimento da realidade rural de nosso país. Sendo o Estado proprietário de 40% das terras do Brasil, supõe-se que possua área suficiente para fazer todas as experiências fundiárias que seus agrôcolas julgarem necessárias sem que para isso tenham de importunar a propriedade privada. Se o que importa é a função social, os proprietários rurais, pelo simples fato de produzir algo, já a cumprem de forma muito mais edificante do que toda certa intelectualidade que, encaustada nas universidades e demais órgãos públicos, nada faz e não se elabora teses fundiárias sem a menor pesquisa ou conhecimento da realidade.

Aos 80 anos da imigração japonesa, fica aqui registrada a homenagem. Sua grande contribuição ao Brasil foi o fato de ter demonstrado que o verbo trabalhar também se conjuga na primeira pessoa. Possam eles em maior número e, quem sabe, a questão da produtividade em nosso país já estaria resolvida. Tanto na área rural quanto na área acadêmica...

João Mellão Neto é jornalista e secretário municipal da Administração.